



1 **ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELO**  
2 **HORIZONTE, REALIZADA NO DIA 06 DE DEZEMBRO DE 2007, NO AUDITÓRIO DA SMSA, AV:**  
3 **AFONSO PENA, 2336, 14º ANDAR.**

4 Aos seis dias do mês de Dezembro de dois mil e sete foi realizada a reunião extraordinária do  
5 Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte, iniciada às 14h45 pelo presidente do CMSBH,  
6 Wellington Rosário Bessa, com a leitura de pauta: 1 - Informe Gerais; 2 – Regimento Interno do  
7 Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte; 3 – Assuntos Gerais. O primeiro secretário do  
8 Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte, Túlio Zulato iniciou a reunião justificando a ausência  
9 do conselheiros Helvécio Miranda Magalhães Júnior que estava na cidade de Foz do Iguaçu  
10 participando de um seminário pelo CONASEMS e também da Conselheira Maria do Carmo que estava  
11 em reunião na Secretaria Estadual de Saúde. A conselheira Geovana Fraga convidou a todos para  
12 uma visita ao Centro de Esterilização de Animais no dia 07/12/2007. O conselheiro Roberto  
13 Chateaubriand falou da instalação do Conselho de Acompanhamento de Recursos Financeiros  
14 Destinados à Tuberculose e o conselheiro Roberto dos Santos disse que estará lá representando o  
15 conselho. O conselheiro Evaristo Garcia falou sobre a Militância nos sindicatos e conselhos. O  
16 conselheiro Sebastião disse sobre a formação da mesa diretora do Conselho de Saúde do Hospital  
17 Nossa Senhora Aparecida e também disse sobre a aprovação do regimento. A conselheira Claudete  
18 pediu novamente o aparelho auditivo para os idosos. A conselheira Maria Amélia falou sobre a  
19 renovação do Conselho de Saúde do Hospital da Baleia e também sobre as reformas que estão sendo  
20 realizadas na UPA Leste. O conselheiro e Presidente do CMSBH, Wellington Bessa, explicou que são  
21 necessários um número mínimo de 24 conselheiros para que esta reunião seja iniciada. A conselheira  
22 Gislene falou sobre as reformas no Hospital Odilon Behrens, da Conferência das Cidades realizada em  
23 Brasília e também das propostas feitas para a DST/AIDS. O conselheiro Jadir falou sobre o depósito  
24 de créditos nos cartões BHBUS dos conselheiros neste mês de dezembro. O conselheiro Túlio Zulato  
25 disse sobre a campanha de doação de medula óssea que será realizada brevemente. O conselheiro  
26 Evaristo Garcia falou sobre a discriminação em eventos e conferências. A participante Maria da Górlia  
27 fez um convite para que no próximo dia 28 no Centro de Saúde Lagoa será realizado um evento sobre  
28 o trabalho da Comissão Local. A conselheira Inês disse que no dia 10 será realizada uma reunião do  
29 Conselho Distrital de Saúde do Barreiro para falar sobre o balanço de atividades em 2007. A  
30 participante Cida do Conselho de Saúde de Sabará falou sobre o curso de capacitação em saúde da  
31 mulher. O conselheiro Roberto dos Santos fez um convite para a reunião da Maternidade Odete  
32 Valadares dia 10/12/2007. O participante Cléber das Dores falou sobre a reunião do Conselho da UPA  
33 dia 10/12/2007. A conselheira Fátima Regina explicou como serão as mudanças no regimento e se  
34 necessário a mudança de lei para se adequar ao novo regimento, disse sobre como funcionou o  
35 trabalho da comissão de alteração do regimento e esclareceu como o processo de apreciação do novo  
36 regimento será feito. A conselheira Anadil disse que deve ser feito primeiro a reformulação da lei. A  
37 conselheira Fátima Regina disse que isso foi discutido pela comissão e pela que por uma maior  
38 dificuldade de votar a lei optou-se por mudar primeiramente o regimento. O participante Willer Marcos  
39 concordou com a conselheira Fátima Regina e disse que primeiramente e melhor avançar na  
40 discussão do regimento e posteriormente a comissão de acordo com a mudança do regimento,  
41 mudaria a lei. O conselheiro Valdir disse que as Leis do conselho não atam as leis 8080 e 8142, disse  
42 que também não consta as diretrizes da saúde e é a favor de modificar primeiro a lei antes do  
43 regimento além de se aumentar o número de conselheiros. O conselheiro Túlio Zulato chamou a  
44 plenária para discutir o regimento e propôs a leitura do regimento dizendo que este não pode se  
45 sobrepor a lei. A conselheira Fátima Regina avisou ao plenário que já havia quorum, que o regimento  
46 seria discutido e que se desse início a leitura do mesmo. Ficou acordado no plenário que os pontos  
47 onde não houvesse destaque seriam aprovados automaticamente. A conselheira Claudete disse que  
48 nos pontos onde houvesse mais de um destaque que estes fosse acordados entre si e que apenas um  
49 conselheiro teria a oportunidade de falar. O plenário foi a favor desta proposta. A conselheira Fátima  
50 Regina sugeriu que o melhor é usar o bom senso mas que nos itens conflitantes fossem feitos apenas  
51 a fala de um contra e outro a favor, o plenário concordou. O conselheiro Túlio Zulato leu o 1º artigo e  
52 propôs que os artigos 5 e 6 fossem deixados para o final. O plenário acatou sua sugestão. O artigo 1º,  
53 2º, 3º e 4º foram mantidos no texto. No 5º artigo ficou com a pendência de verificar a lei para ser  
54 discutido posteriormente, neste item fizeram destaques a Anadil, Willer Marcos e Roberto Francisco.  
55 No artigo 6 fizeram destaque o conselheiro Sebastião na letra A e no último item desta letra os  
56 destaques foram de Roberto Francisco, Evaristo Garcia, Geovana Fraga, na letra B os destaques  
57 foram do Roberto Francisco e da Maria Amélia, mas este item foi aprovado com o texto atual pelo  
58 plenário. O artigo 7 e 8 ficou aprovado. O conselheiro Sérgio Propôs levar os destaques para a  
59 comissão do regimento mas a conselheira Fátima Regina reafirmou que as propostas de mudança de  
60 lei não serão analisadas neste momento, somente as propostas do regimento. O 9º artigo fizeram



61 destaque o Sebastião, Anadil e Roberto Francisco mas o plenário decidiu a manutenção do texto. Nos  
62 artigos 10,11, 12, 13, 14, 15 e 16 foram todos mantido no texto. No artigo 17 fizeram destaques o  
63 conselheiro Túlio Zulato que sugeriu que fosse modificada a redação colocando as palavras maioria  
64 simples e o conselheiro Sebastião sugeriu que a mudança fosse feita com o acréscimo de propostas  
65 votadas apenas com a metade mais um de conselheiros, mas a proposta aceita pelo plenário foi de  
66 manutenção do texto atual. Os artigos 18, 19, 20, 21, 22 e 23 foram aprovados com a redação atual.  
67 No artigo 23 a conselheira Anadil disse ser contra as plenárias setoriais pois dividiria muito o conselho  
68 e não seriam discutidos dos assuntos relevantes ao mesmo, já a conselheira Romélia disse ser a favor  
69 da manutenção do texto, das plenárias de segmentos e disse que as plenárias do conselho estão  
70 sofrendo um desinteresse grande por parte dos conselheiros e as Câmaras Técnicas também se  
71 encontram muito esvaziadas e sem o apoio dos próprios membros. A conselheira Fátima Regina  
72 sugeriu manter as plenárias setoriais mas disse que é necessário uma maior organização por parte do  
73 conselho para aumentar o interesse dos conselheiros e disse também que uma melhor estrutura  
74 fortalece o controle social. O conselheiro Jadir disse ser a favor da modificação de plenária setorial por  
75 comissões por segmentos. O participante Willer Marcos foi a favor das plenárias setoriais mas disse  
76 que estas devem ser sujeitas a aprovação pelo plenário. Fica definido então que qualquer plenária  
77 para ser criada ou extinta deve passar pela aprovação do plenário do Conselho Municipal de Saúde de  
78 Belo Horizonte, todos os segmentos podem sugerir uma plenária e a nova redação modifica a Plenária  
79 Setorial por Plenária por Segmento. Nos artigos 24 e 25 tiveram sua aprovação automaticamente. No  
80 artigo 26 o participante Willer Marcos disse que este artigo e o de número 27 são a mesma coisa e que  
81 este deveria ser suprimido do texto, disse também que e a favor do aumento de anos no mandato da  
82 mesa diretora, passando de 1 para 2 anos de mandato e que dessa forma a mesa poderia ter mais  
83 tempo para fazer melhorias e implantar seus projetos em sua gestão. O conselheiro Túlio Zulato  
84 esclareceu que estes artigos são diferentes. O participante Willer Marcos reafirmou que o parágrafo  
85 único em discussão fala também do mandato da mesa diretora. A conselheira Anadil disse “O mandato  
86 da mesa diretora será de 2 anos eleitos pelos respectivos pares e não de segmentos”. O participante  
87 Cléber das Dores disse para que fosse mantido o acordo de se manter 1 mandato um usuário seria o  
88 presidente e outro mandato seria presidido por um trabalhador. O conselheiro Sérgio Hirle disse ser  
89 necessário a equivalência entre mandatos de comissões locais, conselhos distritais e conselho  
90 municipal. A conselheira Fátima Regina esclarece que quando um conselheiro deixa de ser conselheiro  
91 distrital, este automaticamente também é excluído do quadro de conselheiros municipais. O  
92 participante Roberto Francisco disse que o acordo feito entre usuários e trabalhadores permanecerá  
93 mesmo com a nova redação que tem a mudança de 1 ano de mandato para 2 anos de mandato e seja  
94 aprovada pelo plenário, disse também que no seu entendimento, com o mandato de dois a presidência  
95 do conselho não seria alterada nem seu secretariado geral. O conselheiro Sebastião sugere que além  
96 da mudança do mandato para 2 anos, ainda defende que este seja sem renovação e que após a  
97 renovação do conselho que é de 2 anos, a mesa diretora também seria renovada. O conselheiro Túlio  
98 Zulato disse ser contra a mudança para 2 anos de mandato e sugere a manutenção do texto  
99 esclarecendo que a forma mais adequada para se ter esta eleição é a mesa ficar por um ano e poder  
100 ser reeleita se fizer um bom trabalho a frente do conselho, fazendo assim um processo de avaliação de  
101 sua gestão. Disse também que não acredita ser adequado ficar com uma mesa por 2 anos sem poder  
102 fazer nada. A conselheira Anadil disse ser a favor dos 2 anos de mandato, que se a mesa não estiver  
103 agradando aos demais conselheiros o plenário poderá solicitar e fazer com que esta mesa seja  
104 deposta. Falou também que o conselho necessita ser muito melhor qualificado de pessoas, que  
105 tenham não só o conhecimento de controle social mas também o entusiasmo para praticá-lo. O  
106 participante Willer Marcos também foi a favor da manutenção do texto e falou que se perde muito  
107 tempo discutindo assuntos referentes a próxima mesa, do que as políticas de saúde que são realmente  
108 importantes, disse também que se for necessário o conselho poderá caçar o mandato da mesa diretora  
109 e retirá-la se for necessário. O conselheiro Túlio Zulato rebateu as alegações da conselheira Anadil e  
110 do participante Willer Marcos dizendo que não acredita que a melhor forma de democracia seja eleger  
111 uma mesa diretora para que depois esta seja caçada e deposta. O conselheiro Jadir após solicitação  
112 feita anteriormente à mesa diretora disse que acha um absurdo eleger uma mesa por 2 anos, acredita  
113 que este tempo é muito grande e também falou que pior é eleger uma mesa diretora com um mandato  
114 de 2 anos e depois retirá-la assim tão facilmente. O participante Willer Marcos mais uma vez disse que  
115 com o mandato de 2 anos, a politicagem dentro do conselho irá diminuir e os componentes da mesa  
116 diretora estarão mais preocupados com o controle social do que com a reeleição da mesa diretora. A  
117 conselheira e Secretária Geral da Mesa Diretora do CMSBH, Fátima Regina abriu o processo de  
118 votação do artigo 26 e com uma abstenção, cinco votos contra e quatorze votos a favor ficou assim  
119 decidido que o texto original será mantido e o mandato da mesa diretora será de um ano. No artigo 27 o  
120 conselheiro Roberto dos Santos defendeu o aumento no número de componentes da mesa diretora e

121 deu como exemplo a participação de prestadores na mesa diretora. O conselheiro Sebastião disse que  
122 não acredita que com 5 componentes na mesa diretora haja paridade pois não será correto colocar  
123 outro gestor, ou outro trabalhador, ou outro usuário na mesa diretora. A conselheira Wânia disse que  
124 não concorda com o aumento de pessoas na mesa diretora e que no seu entendimento o secretário  
125 geral desempenha a função do vice-presidente sendo que também dessa forma não haverá paridade.  
126 O participante Roberto Francisco disse que essa mudança no número de pessoas na mesa diretora é  
127 muito estranha e também política, disse que assim perde-se a paridade, pois no Conselho Nacional de  
128 Saúde, no Conselho Estadual de Saúde e também no Conselho Municipal de Saúde a composição  
129 destes conselhos são de 50% para representações de usuários, 25% de representações de  
130 trabalhadores e os outros 25% de representações de gestores e/ou prestadores, desta forma o  
131 participante se declara contra esta proposta de mudança no regimento. A conselheira Fátima Regina  
132 esclarece que no artigo 27 não foi a comissão do novo regimento quem acrescentou este item ao  
133 artigo, mas que esta discussão já havia sido iniciada a mais tempo e foi uma proposta de todo o grupo  
134 que fazia parte da discussão de novo regimento. O participante Willer Marcos falou sobre como é a  
135 composição da mesa diretora no Conselho Estadual de Saúde e disse que o presidente do Conselho  
136 Estadual é o próprio Secretário Estadual de Saúde, mas que existe um acordo formal, que coloca os  
137 poderes na mão do vice-presidente onde até a presente data é representado por um usuário,  
138 esclarecendo assim o motivo de no Conselho Estadual a mesa diretora ser formada por 5 membros. A  
139 conselheira Anadil defendeu a proposta de 5 membros na mesa diretora dizendo primeiramente que a  
140 mesa diretora não necessariamente tem que ser paritária e que esta deve lutar pelos interesses dos  
141 segmentos que estão dentro do conselho, disse também que o conselho esta deixando de lado os  
142 prestadores e formadores mas que estes devem voltar a fazer parte do conselho de forma mais ativa e  
143 eficiente. O participante Roberto Francisco falou de seu tempo enquanto esteve na mesa diretora do  
144 conselho e disse que enquanto esteve nela não houve qualquer problema com a paridade, falou que é  
145 a favor da permanência no texto de 4 membros que compõem a mesa diretora. O conselheiro Túlio  
146 Zulato disse que no texto original não fala nada sobre quem será este novo membro, se prestadores,  
147 formadores, usuários, trabalhadores ou qualquer outro, fala que este assunto deve ser discutido em  
148 outras oportunidades e que é a favor da manutenção no texto de 4 membros na mesa diretora. O  
149 participante Willer Marcos disse que quando ele estava entrando na mesa diretora de 2003 que foi  
150 discutido a permanência de dois usuário como membros da mesa diretora e que a paridade pode ser  
151 resolvida se a pessoa que estiver ocupando este 5º cargo venha para somar, mas se esta pessoa não  
152 contribuir para o desenvolvimento do conselho a plenária poderá destituí-la e extinguir o 5º membro da  
153 mesa diretora ou o cargo de vice-presidente do CMSBH. O conselheiro Roberto dos Santos defendeu  
154 a mudança de 4 pessoas na mesa diretora para 5 pessoas, disse que é necessário trazer de volta para  
155 o CMSBH a presença dos formadores e prestadores, que isso contribuí muito para o controle social e  
156 defendeu também a importância de ter um destes segmentos representados na mesa diretora. A  
157 conselheira Fátima Regina abriu a votação deste artigo, com 5 votos a favor da modificação para 5  
158 membros na mesa diretora, 3 abstenções e 11 votos a favor da permanência de 4 membros na mesa  
159 diretora com a manutenção do texto original, o plenário decidiu que o texto será mantido e a  
160 composição da mesa diretora será da mesma forma que a atual, com 4 pessoas. A conselheira Fátima  
161 Regina fez sua declaração de voto dizendo que se absteve de seu voto pois acredita ser necessário  
162 uma maior discussão sobre o assunto para que em outra oportunidade seja feita uma votação mais  
163 eficiente e mais uma vez lembrou que a paridade é feita somente no conselho, não fazendo parte da  
164 mesa diretora. No parágrafo único do artigo 27 fizeram destaques os conselheiros Sebastião e Túlio  
165 Zulato mais o participante Willer Marcos. O conselheiro Sebastião disse ser favorável a manutenção do  
166 mandato de 1 ano da mesa diretora, mas gostaria que fosse retirado a proposta de renovação deste  
167 mandato. O conselheiro Túlio Zulato sugeriu que fosse acrescentado no texto os dizeres “mandato de  
168 um ano da mesa diretora”. Em regime de votação o plenário decidiu que o texto será mantido sofrendo  
169 somente a alteração proposta pelo conselheiro Túlio Zulato. No 29º artigo, a conselheira Wânia falou  
170 sobre a não aprovação da proposta de vice-presidente e disse que dessa forma o item nº II deste  
171 artigo esta descartado automaticamente. O plenário concordou com sua proposta. No artigo 30 houve  
172 destaque na letra I e o participante Roberto Francisco falou que esta letra só poderia ser aprovada se  
173 constasse em seu texto que o plenário também deveria decidir sobre as decisões da secretaria  
174 executiva. O conselheiro Sérgio Hirle sugeriu que fosse modificada a palavra Xerox por cópias. O  
175 plenário decidiu que as duas propostas seriam aceitas e modificadas no texto. No mesmo artigo de nº  
176 30 no parágrafo 5º a conselheira Geovana Fraga sugeriu que fosse acrescentada a palavra  
177 administrativamente no texto atual. O plenário aceitou a sugestão da conselheira Geovana Fraga  
178 acrescentando assim a palavra administrativamente no parágrafo 5º do Artigo 30 que fala do setor de  
179 comunicação ser subordinado à secretaria executiva do CMSBH. O artigo 31 foi aprovado  
180 automaticamente. No artigo 32 a conselheira Geovana Fraga sugeriu que fosse modificado o nome da

181 Câmara Técnica de Comunicação para Câmara Técnica de Comunicação e Informação em Saúde. O  
182 conselheiro Sérgio Hirle sugeriu que todos os textos que fossem sair do CMSBH passassem antes  
183 pela aprovação da Câmara Técnica de Comunicação. A conselheira Anadil sugeriu a modificação do  
184 nome da Câmara Técnica de Comunicação para Câmara Técnica de Comunicação, Informação e  
185 divulgação em Saúde. O plenário do CMSBH aceitou a proposta da conselheira Anadil. No artigo 33 o  
186 conselheiro Roberto Francisco sugeriu que fosse acrescentado um item entre a letra G e a letra H  
187 deste item com os seguintes dizeres, “ouvir e acompanhar quando solicitada, os trabalhadores em  
188 saúde , nas questões relativas a doenças ocupacionais, planos de cargos, carreiras, os salários,  
189 corregedorias e assédio moral”. O conselheiro Túlio Zulato acrescentou a proposta do participante  
190 Roberto Francisco dizendo ser melhor modificar e acrescentar na letra E esta proposta. Em regime de  
191 votação as propostas foram aceitas pelo plenário. No item IV do artigo 33 a conselheira Wânia propôs  
192 que fossem feitas inclusões no texto original e a conselheira Anadil também sugeriu que todo parecer  
193 da Câmara Técnica de Comunicação fosse submetido a aprovação do plenário. A conselheira  
194 Geovana Fraga fez acréscimos no texto original e propôs que seja retirada do mesmo as letras C e D,  
195 do item IV, do artigo 33 e um novo texto seja redigido. O participante Willer Marcos questionou a CTC  
196 e falou que a mesma deve ter total responsabilidade no jornal, fez alegações a respeito de sua  
197 autoridade no CMSBH e falou que esta também deve passar sempre pela aprovação do CMSBH. Em  
198 regime de votação ficou aprovado que a jornalista deve ser tratada simplesmente como uma  
199 profissional, não fazendo parte do quadro de conselheiros, participando assim da CTC sempre que for  
200 solicitada e dando um suporte profissional sempre que a CTC precisar. A conselheira Wânia propôs a  
201 inclusão no texto dizendo, “A CTC terá autonomia para a criação de jornal não sendo esta submetida a  
202 aprovação da Mesa Diretora, salvo os casos que não estejam sendo promovidos uma ampla  
203 divulgação de informações à população do papel do controle social no Sistema Único de Saúde”. Disse  
204 também que o jornal CONSAUDE esta parecendo um jornal de propaganda e deverão ser feitos vários  
205 projetos de melhorias para a construção de um novo jornal. Ficou aprovado pelo plenário que todas as  
206 matérias que forem para o jornal CONSAUDE deverão ser antes aprovadas pelo plenário e mesa  
207 diretora. No item V, do artigo 33 o participante Willer Marcos fez destaque na letra B e propôs que  
208 fosse modificado no texto com a seguinte fala, “ manter um relacionamento efetivo com outros órgãos  
209 da sociedade civil organizada e das três esferas de governo (municipais, estaduais e federal) e com as  
210 organizações não governamentais no que se refere à saúde, ao saneamento e ao meio ambiente no  
211 município de Belo Horizonte. O plenário concordou com a proposta do participante Willer Marcos e a  
212 modificação no texto foi realizada. Os artigos 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41 e 42 foram aprovados  
213 automaticamente. No artigo 43 em seu parágrafo único o participante Willer Marcos disse que pode ser  
214 prejudicial abrir as reuniões das Câmaras Técnicas para qualquer pessoa, pois poderá trazer  
215 transtornos e por este motivo não concorda com a manutenção do texto. A conselheira Fátima Regina  
216 esclareceu sobre as reuniões do CMSBH e das Câmaras Técnicas que são todas públicas e que  
217 qualquer pessoa poderá participar se achar do seu interesse, mas que apenas o poder de votar é do  
218 conselheiro. Em regime de votação a proposta de Willer Marcos foi rejeitada e a manutenção do texto  
219 ficou aprovada. No 44º artigo o participante Willer Marcos foi contra o artigo e sugeriu que todo o artigo  
220 fosse retirado do texto atual. O conselheiro Túlio Zulato fez uma proposta de nova redação, excluindo  
221 o parágrafo único do artigo e acrescentando a palavra plenárias no começo do artigo para esclarecer a  
222 respeito do que as plenárias serão realizadas e os seus segmentos, dizendo também que os  
223 participantes destas plenárias terão direito a voz e também a voto. Em regime de votação a proposta  
224 de nova redação feita pelo conselheiro Túlio Zulato foi aprovada pelo plenário. Os artigos 45 e 46  
225 foram aprovados automaticamente. No artigo 47 o conselheiro Túlio Zulato sugeriu que fosse retirado  
226 do texto o Plano Municipal de Saúde, uma vez que outros assuntos também importantes não  
227 necessitam de 2/3 do plenário do CMSBH para se ter a reunião. Depois de avaliar se esta sugestão  
228 não fere a lei atual o plenário do CMSBH decidiu que o Plano Municipal de Saúde deverá ser retirado  
229 do texto atual. O artigo 48 foi aprovado automaticamente. No artigo 49 a conselheira Anadil sugeriu  
230 que fosse modificada a palavra denúncia por demanda no texto original. O plenário decidiu que esta  
231 sugestão fosse realizada. No artigo 50 o participante Roberto Francisco fez reclamações dizendo aos  
232 trabalhadores que pessoas relacionadas a este segmento estão de forma covarde boicotando o  
233 CMSBH. O conselheiro Jadir concordou com o Roberto Francisco e sugeriu que o número de faltas  
234 dos conselheiros em plenárias do CMSBH fosse modificado para 2 faltas consecutivas ou 4 faltas  
235 intercaladas. O conselheiro Túlio Zulato de posse da lei falou que nenhuma das propostas feitas neste  
236 artigo podem ser aprovadas e nem remetidas a votação pelo plenário pois não esta de acordo com a  
237 lei, sendo assim o artigo 50 foi mantido com seu texto atual. O participante Willer Marcos disse  
238 diretamente a Mesa Diretora do CMSBH que é necessário fazer urgentemente a apuração de faltas  
239 dos conselheiros para depois tomar as devidas providências de acordo com o regimento atual. Os  
240 artigos 51 e 52 foram aprovados automaticamente. No artigo 53 foi modificado do texto as palavras



241 com prefeito municipal por somente prefeito e unido os dois parágrafos, formando um parágrafo único.  
242 O plenário esteve de acordo com as duas propostas modificando assim o texto. Os artigos 54 e 55  
243 foram aprovados automaticamente. O artigo 56 foi uma proposta da comissão de reestruturação de  
244 novo regimento e o plenário decidiu acrescentar este artigo no texto do regimento. Os artigos 57 e 58  
245 foram aprovados automaticamente. Nos encaminhamentos ficou decidido que a comissão de  
246 reestruturação do novo regimento do CMSBH ficaria responsável de verificar as mudanças ocorridas  
247 nesta reunião e apresentar o novo regimento de forma finalizada ao plenário do CMSBH. Estiveram  
248 presentes: Anadil Benedita Ruhnau, Claudete Lis de Almeida, Fátima Regina Fonseca Lima, Francisco  
249 de Assis Figueiredo, Gislene Gonçalves dos Reis, João Batista Cunha, Lenir Aparecida Chaves,  
250 Magali Rodrigues Alves, Maria Amélia Souza Costa, Maria Gabriela, Marta Auxiliadora Ferreira Reis,  
251 Raimunda Nélia Moraes de Andrade, Raquel Alvares da Silva Campos, Romélia Rodrigues Lima,  
252 Cláudia Viana de Andrade, Danielle Mara Dornelas Cruz, Evaristo Garcia de Mattos, Cleuza Maria  
253 Fernandes, Sérgio Hirle de Souza, Maria Inês Ribeiro de Oliveira, Lucimar da Silva Pinheiro, Roberto  
254 dos Santos, Rosemary Baêta, Sebastião Ferreira Bastos, Túlio Zulato Neto, Valdir Matos de Lima,  
255 Wânia Regina do Carmo Soares, Wellington Rosário Bessa, Geovana Fraga, Jadir Martins.  
256 Justificaram: Helvécio Miranda Magalhães Júnior, Edson Félix da Silva, Maria do Carmo, Ivani  
257 Fernandes de Mello, Cleide Alves Siqueira, José Coelho dos Santos. Às 19h30, nada mais havendo a  
258 tratar, foi encerrada a reunião da qual foi lavrada a presente ata que, após lida e aprovada, será  
259 assinada pelo secretário geral e pelo 1º secretário do Conselho Municipal de Saúde. Belo Horizonte,  
260 06 de dezembro de 2007. LPM/mrc.